

Conselho de Ilha apresenta lista de reivindicações para S. Miguel e diz que situação degrada-se nas últimas décadas

A mesa do Conselho de Ilha de São Miguel reuniu com o Presidente do Governo dos Açores para discutir e analisar a situação económica e social de São Miguel, “que tem vindo a degradar-se ao longo das últimas décadas, tendo sido entregue um documento de trabalho, em que se elenca as principais preocupações”, divulgou ontem aquele Conselho presidido por Jorge Rita.

Neste sentido, a mesa do Conselho de Ilha de São Miguel diz que tem adotado uma agenda, que pretende “ajudar a superar as deficiências estruturantes da ilha”, elencando os respectivos vectores, como saúde; educação e formação; economia, solidariedade e segurança.

Celeridade na recuperação do HDES

No caso da saúde, educação e formação, pretende-se como políticas para esta área: “a celeridade na recuperação da normalidade no HDES, face ao incêndio que ocorreu em maio deste ano; a regularização do financiamento do HDES de forma a acabar com os pagamentos em atraso; a modernização dos centros de saúde de S. Miguel como estruturas de saúde de proximidade e de descongestionamento do HDES; o combate firme e decisivo às toxicodependências, uma prioridade tanto mais realçada quanto é certo que a utilização de drogas sintéticas abre uma nova realidade ainda mais destrutiva do que a que conhecemos no passado com perigos acrescidos para toda a sociedade e para a economia; o apoio reforçado aos doentes crónicos e aos indigentes que se vêm abandonados na sociedade; a implementação de um plano, reforçado por zonas de desempenho inferior, com vista a recuperar o desempenho escolar em São Miguel; a implementação de uma verdadeira política de apoio à formação profissio-



nal; a adoção de um programa ambicioso de formação contínua dos ativos dos Açores em diversos campos, mas sobretudo no das áreas das competências digitais e ainda o forte e contínuo investimento nas infraestruturas escolares”.

Cabo submarino a amarrar em S. Miguel

No âmbito da economia, pretende-se como políticas para esta área: “a melhoria do abastecimento de água para consumo humano e para a produção; a manutenção, conservação e novos caminhos agrícolas e rurais; a modernização das infraestruturas das pescas; a manutenção das vias rodoviárias; a construção da via de acesso à Povoação; a criação de condições para se colmatar a falta de mão de obra existente em muitos setores de atividade; a transição digital e energética, nomeadamente, reforço financeiro do SOLENERGE, caso

seja necessário; a manutenção em São Miguel da ligação direta, histórica e sempre funcional de mais de 100 anos, do cabo submarino de comunicações, vindo do continente; o modelo de transportes marítimos adequado à economia de São Miguel; um plano estratégico para a evolução do Porto de Ponta Delgada para que satisfaça adequadamente as necessidades da ilha e dos Açores nos próximos 30 anos, com base no seu potencial demonstrado e com base na sua imprescindibilidade operacional;

Investimentos adequados no porto de Ponta Delgada

Investimentos adequados no Porto de Ponta Delgada para salvaguardar não só um serviço competitivo às atividades atuais como preparar o porto para uma nova realidade de mobilidade elétrica na marinha mercante e nos barcos de cruzeiro; investimento em gruas e rebocadores para que

a operação portuária não se torne mais ineficiente e onerosa; ampliação e remodelação do aeroporto de Ponta Delgada que assegure a sua funcionalidade em face do previsível aumento de tráfego; requalificação de infraestruturas de visitação de São Miguel; requalificação das zonas balneares; proteção das linhas de água; limpeza de ribeiras; gestão de resíduos; manutenção, requalificação e criação de trilhos pedestres; e construção de ETARs quer na costa sul quer na costa norte da ilha”.

Reforçar programas de apoio à terceira idade

No que se refere à solidariedade e segurança, pretende-se como políticas para esta área: “o reforço dos programas de mitigação dos problemas da terceira idade nas grandes áreas urbanas de São Miguel, dos programas de apoio aos cidadãos assolados pela toxicodependência, que sejam revistas e reforçadas as políticas de redução da pobreza que tem expressão mais significativa em centros urbanos maiores e que seja reivindicada a aceleração da construção do estabelecimento prisional de Ponta Delgada mesmo que seja necessário decretar uma situação de calamidade para aligeirar os processos concursais intermináveis”.

Criados grupos de trabalho para apresentar propostas

Perante a problemática de assuntos que afetam a ilha de São Miguel, a mesa do Conselho de Ilha, em concertação com os restantes conselheiros, decidiu criar grupos de trabalho para a apresentação de propostas concretas para São Miguel sobre economia, saúde e educação, e solidariedade e segurança, conclui a nota daquele organismo enviada ao nosso jornal.

PAN-Açores apresenta 44 alterações ao Orçamento

O PAN/Açores apresentou um cerca de quatro dezenas de propostas de alteração ao Plano e Orçamento da Região para 2025.

No entender do partido, as propostas apresentadas “honram o compromisso do PAN/Açores em promover políticas que atendam fielmente as necessidades dos açorianos, fomentando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o bem-estar da população e a sustentabilidade moldam o centro das decisões”.

Neste sentido, as propostas apresentadas permitem, segundo o PAN, socorrer algumas falhas prementes



nos domínios destacados, nomeadamente:

Implementação dos Julgados de Paz; Contratação de psicólogos para o SRS; Contratação de nutricionistas para as USI; Re-

forço das verbas para obras de requalificação das escolas das Laranjeiras, Lagoa e Gaspar Frutuoso; Contratação de assistentes operacionais para as escolas; Aplicação de taxa adicional sobre os espetáculos tauromáquicos com recursos ao SRS; Investimento no Hospital Alice Moderno; Elaboração de censos aos milhafres e ouriços-cacheiros; Reforço de verbas para as associações de protecção animal e CRO's; Incentivo ao consumo de produtos locais; Incentivos à agricultura biológica e transição para modelos de produção sustentáveis; Apoio à aquisição de bici-

cletas elétricas; Incentivo à redução do consumo de esfervite no sector da pesca; Criação de um plano de resiliência azul.

“Este orçamento falha, uma vez mais, em responder adequadamente às necessidades e desafios que os Açores enfrentam. Ambicionamos mais para os açorianos, num orçamento que reflita a verdadeira importância da sustentabilidade ambiental, do bem-estar animal, da justiça social e da qualidade de vida das famílias e é nesse sentido que continuaremos a trabalhar”, afirma o porta-voz e deputado Pedro Neves.